

BABAÇU LIVRE E ROÇA ORGÂNICA: a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão na busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais.

■ Maria Regina Teixeira da Rocha

Resumo

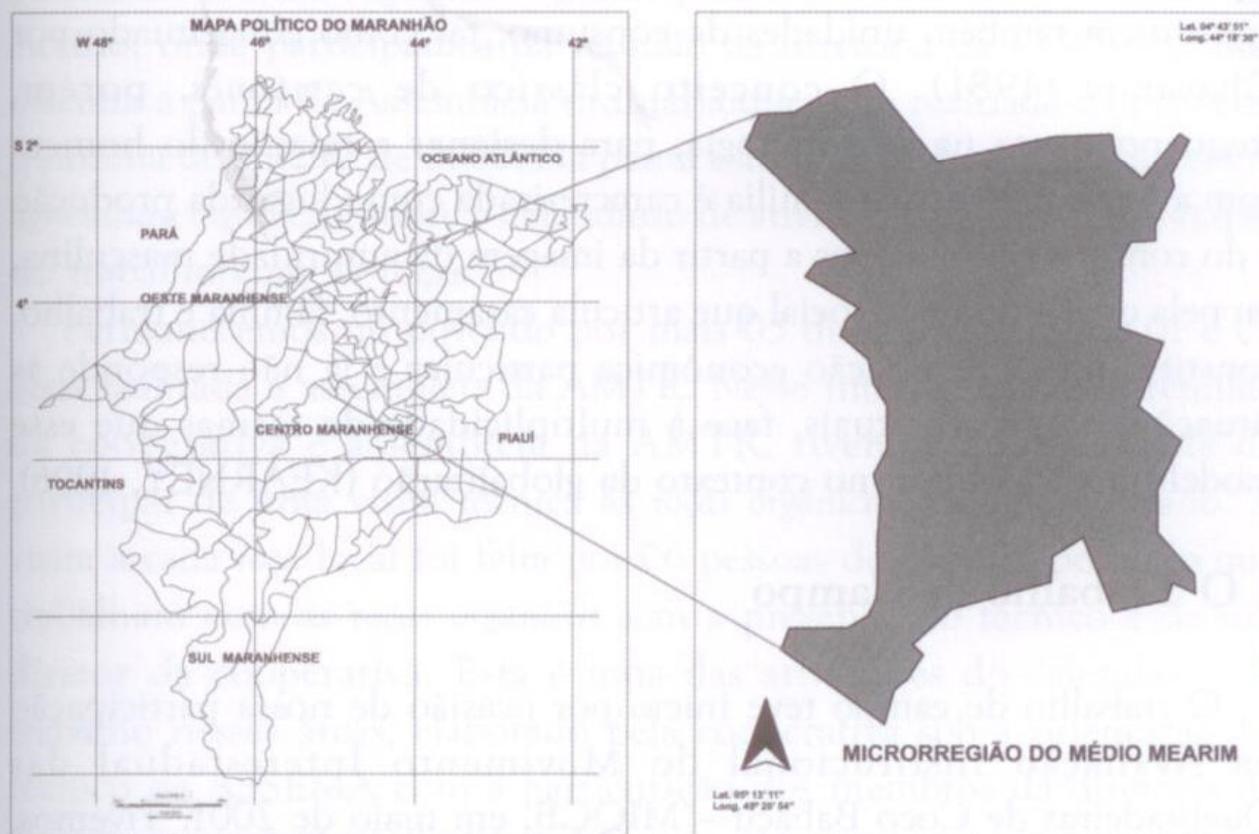
Este estudo trata das experiências que os pequenos agricultores familiares da região do Médio Mearim, Estado do Maranhão, principalmente mulheres estão desenvolvendo com as chamadas roças orgânicas consorciadas ao extrativismo do babaçu através do Programa de Produção Agro extrativista da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA. O trabalho tenta recuperar a luta pela terra empreendida por essas mulheres; sua constituição enquanto sujeito coletivo com identidade própria; os novos papéis assumidos junto ao grupo familiar e aos povoados aos quais pertencem e, sobretudo, as representações que têm sobre as organizações não governamentais, entidades de apoio aos trabalhadores, de desenvolvimento sustentável e agricultura orgânica.

Abstract

This study tells the small familiar farmers, experience with organic food and extractivism, of the Medium Mearim region, in the state of Maranhão. The women of this region are developing a jointed production of organic food and babaçu extractivism, through the agroextractivism Production Programa Coordinated by ASSEMA - Association in settlement areas assentamento; above this paper discusses the representations that those women with their families built about the non governmental organizations (NGO) that supports the rural workers on sustainable development.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, fazemos uma reflexão sobre a denominada agricultura sustentável, a partir da experiência que homens e mulheres vêm desenvolvendo no trabalho com *roças orgânicas* consorciadas com o extrativismo do babaçu, na região do Médio Mearim, no Maranhão.



FONTE: Laboratório de Geoprocessamento – UEMA

Buscaremos apreender as representações que têm esses trabalhadores e trabalhadoras rurais acerca do que vem sendo chamado, tanto na literatura, quanto nos documentos de órgãos oficiais, ONG's e entidades de apoio aos trabalhadores, de *desenvolvimento sustentável* e *agricultura orgânica*, privilegiando nesse caso, o discurso das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

O processo de implantação e de manutenção das denominadas *roças orgânicas*, ora em andamento, realizado por famílias de pequenos agricultores da região estudada, apresentar-se-ia, segundo técnicos de entidades de apoio e lideranças dos agricultores, como uma alternativa de produção que respeita o meio ambiente, promovendo a recuperação da fertilidade dos solos, com possibilidade de elevar a renda das famílias, através do aumento da produtividade e da diversificação dos produtos da agricultura familiar.

Observa-se, no entanto, que esta é uma prática muito recente, que se apresenta com potencialidade de promoção de uma agricultura

sustentável, desenvolvida em função da preservação dos babaçuais e da produção de alimentos sem agrotóxicos, estando dentro das expectativas de algumas das mulheres quebradeiras de coco babaçu, principalmente as protagonistas da luta em defesa dos babaçuais. Nesse sentido, muitas mulheres têm assumido o processo de gestão das *roças orgânicas*, enquanto seus maridos e filhos assumem a gestão das chamadas *roças tradicionais*.

Trata-se de famílias como unidades de produção familiares que se constituem também unidades de consumo, tal como conceituado por Chayanov (1981). O conceito clássico de *camponês*, porém, frequentemente na antropologia, para designar a relação do homem com a terra, pelo qual a família é caracterizada como lugar da produção e do consumo, articulados a partir da imagem da autoridade masculina, ou pela qual a unidade social que articula casamento, família e trabalho, constitui uma organização econômica particular e já não responde às situações empíricas atuais, face à multiplicidade de formas que esse modelo pode assumir, no contexto da globalização (KEARNEY, 1996).

1 O Trabalho de Campo

O trabalho de campo teve início por ocasião de nossa participação na Avaliação Institucional do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, em maio de 2001. Tivemos, então, a oportunidade de fazer os primeiros contatos com os atores envolvidos no processo de organização do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, como as mulheres quebradeiras de coco de vários povoados e comunidades, lideranças de trabalhadores rurais, assessores de ONGs e funcionários do governo estadual.

Na viagem à Região do Médio Mearim, mantivemos contato com a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão - ASSEMA, entidade que se define como representativa dos trabalhadores rurais das áreas de assentamentos rurais daquela região, e cuja função principal é a de desenvolver políticas de ação orientada para os trabalhadores rurais beneficiários da reforma agrária, instrumentalizando os agricultores através da assistência técnica e educacional em articulação com os diversos movimentos sociais da Região do Médio Mearim.

Participamos ainda, da Semana da ASSEMA nos dias 05 e 06 de junho, e do IV Encontro das Quebradeiras de coco babaçu, realizado em Imperatriz - Ma no período de 11 a 14 de setembro de 2001.

Todas essas atividades ajudaram nas primeiras etapas de uma primeira aproximação com o objeto de estudo.

Desde então, passamos a investir tempo em leituras direcionadas à temática do *desenvolvimento rural sustentável*. Em seguida, realizamos uma segunda viagem no período de 28.11 a 05.12.2001 na qual participamos de uma reunião com membros da ASSEMA para apresentação do projeto e discussão sobre a pesquisa e a inserção da pesquisadora nos povoados. No dia seguinte viajamos para o povoado de Centrinho do Acrizio, onde participamos da reunião da diretoria da COPPALJ, que discutia a pauta de Assembléia ordinária que seria realizada na primeira quinzena de janeiro de 2002. Na pauta estava incluída a discussão sobre *agricultura orgânica* e sobre o calendário de atividades das próximas etapas do trabalho com as roças.

Permanecemos no povoado por mais 03 dias, pois nos dias 01 e 02 seria realizada a assembléia da AMTR. Nesse intervalo, entre a reunião da cooperativa e assembléia da AMTR, tivemos oportunidade de participar de uma visita técnica às *roças orgânicas* daquele povoado. A visita a cada *roça* local foi feita por 06 pessoas do próprio povoado que trabalham com as *roças orgânicas* sem a presença do técnico e de um diretor da cooperativa. Esta é uma das atividades do calendário de trabalho nessas áreas, elaborado pela cooperativa sob a orientação do técnico da ASSEMA com a participação dos membros da diretoria da cooperativa e os beneficiários do projeto.

Visitamos as 06 roças locais observando e anotando as falas de cada um e as categorias locais para posterior apreensão dos significados. Dentre as expressões anotadas, destacamos as seguintes: *terra fraca*, *terra forte*, *amansar a terra*, *enricar a terra*, *leira*, *roço*, *soca*, *roça crua*, *roça de queima*, entre outras. Em cada visita, foram feitas observações sobre o preparo da área, a posição das chamadas leiras (fileiras feitas ao longo da área de plantio com material oriundo da limpeza do terreno), sobre o plantio das leguminosas, a condição da terra, posição do vento, da chuva, as fases da lua própria para o plantio, e as culturas a serem plantadas em cada roça.

Ainda nessa viagem exploratória, aproveitamos a oportunidade para fazer um levantamento de dados de fontes secundárias nos arquivos da ASSEMA, tais como: relatórios, revistas, vídeos, projetos, que nos subsidiariam nas etapas posteriores do projeto. A segunda etapa do trabalho de campo foi realizada entre os dias 10 a 20 de janeiro de 2002, período em que percorremos os povoados de 03 Poços, Centrinho do Acrizio, Ludovicão e São Manuel. Nas primeiras paradas,

entre os dias, 12 e 13, foi realizada a Assembleia da COFALJ, com a participação de aproximadamente 140 sócios, para a prestação de contas anual, apresentação de novos sócios, distribuição de sobras. Na pauta da assembléia também constava um debate sobre *agricultura orgânica*.

Em seguida, fomos para o povoado Centrinho do Acrísio, onde permanecemos por três dias, visitando as famílias produtoras das *roças orgânicas*, elaborando em conjunto o calendário agrícola, gravando entrevistas. Depois, nos deslocamos para o povoado de Ludovico, onde permanecemos mais três dias.

Nossa última etapa da pesquisa foi realizada no povoado São Manuel, onde ficamos por mais dois dias, realizando o mesmo roteiro de trabalho dos povoados anteriores, quais sejam: visitas às roças, entrevistas com agricultores(as) que trabalham com as *roças orgânicas* e elaboração dos calendários agrícolas.

2 Antecedentes

As áreas onde moram e produzem as famílias dos povoados Centrinho do Acrísio, Ludovico e São Manuel, foram adquiridas através de um longo processo de luta iniciada pelas mulheres *quebradeiras de coco babaçu*, que lutavam pelo que chamaram de *libertação do coco preso*, visto que os autodenominados *proprietários* cercaram as áreas para implantação de pastos, destinados à pecuária, proibindo a coleta e a quebra do coco.

Quando se referem a esse período, contando a história de suas lutas e conquistas, chamam-no de *tempo do coco preso*, expressão utilizada, para designar o período de cercamento das propriedades e das proibições, pelos pretensos donos, do acesso aos babaçuais e, conseqüentemente, da livre coleta do coco babaçu. Na fase anterior à privatização daquelas áreas, quando as terras eram públicas e ainda não tinham sido transformadas em mercadoria, quando eram terras *avolutas*, segundo os termos dos informantes, cada morador daquelas áreas podia trabalhar livremente, fosse nas atividades agrícolas, fosse nas atividades de coleta e quebra do coco, bem como de outros recursos naturais, como a caça e a pesca.

Além da proibição da quebra do coco, outro fator que contribuiu para a emergência da luta pela libertação do coco e da terra, foi a diminuição das áreas destinadas à pequena agricultura, visto que a

extensões. Aliadas a estes fatores, as ameaças constantes e as práticas violentas de impedimento do trabalho das mulheres fez com que estas iniciassem um processo de reação, que gerou uma série de conflitos naquela região, originalmente em função da *libertação do coco* em seguida, em função da posse da terra. No relato que se segue, uma informante que participou ativamente da luta nos conta como tiveram início os conflitos:

“...o conflito começou quando eles começaram a cortar as alças de nossos jacás e derramar o coco juntado, nos ameaçar de peia, proibir a gente de fazer o carvão, a gente num agüentava mais tanta humilhação. O coco era privado, pior do que a própria terra, mulher ia quebrar coco a 6 km, o preço era deles, a gente quebrava 15 kl de coco pra comprar um pacote de café. Era tanta repressão que só o diabo gostava. Ai nos decidimos que ia quebrar o coco de qualquer jeito, com ou sem a permissão deles.

Observa-se nesse depoimento, que a luta pelo acesso aos babaçuais, antecede a própria luta pela terra. Isto porque, na lógica dessas mulheres o coco é considerado um recurso natural que deve estar disponível ao usufruto comum. As mulheres que, juntamente com suas famílias, sobrevivem dessa atividade, passaram, a partir de então, a adentrar nessas áreas de forma clandestina, percorrendo longas distâncias, pulando cercas de arame farpado ou pagando foro, passando a sofrer humilhações e violências de fazendeiros.

As categorias *humilhação* e *sujeição* são bastante proeminentes e recorrentes nos depoimentos, como se pode perceber no trecho de depoimento apresentado acima. Quando os proprietários ou pretensos proprietários as proibiam de coletar o coco, acionando uma série de estratégias violentas, criavam uma situação que as obrigava a permanecerem num estado permanente de sujeição, caracterizado pelas quebradeiras como “só o diabo gostava”.

O *coco privado* é uma categoria fundamental nesse contexto. Ela move a luta daquelas mulheres. É no sentido da *libertação do coco preso*, que a luta se inicia, primeiro com as mulheres, e depois com o apoio dos homens. A situação de *coco preso* fere a lógica camponesa,

privatizados já que não são uma mercadoria. Ao contrário, são um valor de uso, bem como um valor de troca, de bem comum, que podem ser apropriados por quantos o desejarem, ou quantos deles necessitem, via trabalho familiar.

O que está em jogo nessa categoria, é a sobrevivência da própria família. As mulheres entrevistadas são unânimes em afirmar que o babaçu é quem sustenta suas famílias. Elas dizem: “é o coco que garante nosso sustento” ou, “...quando nós estamos aperreada, é o coco que nos salva”. A principal fonte de renda monetária daquelas famílias, advém da venda da amêndoa do coco, visto que somente parte dos produtos agrícolas oriundos de suas lavouras são comercializados.

Nesse período de impedimento de seu trabalho nas áreas de babaçuais, podemos demarcar uma nova forma de agir daquelas mulheres. Elas saem da sua privacidade, do seu anonimato, para lutar pela sobrevivência da família e ganham visibilidade. Durante todo o processo de luta, as mulheres assumem papéis normalmente caracterizados como masculinos, como participar de reuniões com autoridades e enfrentar pistoleiros. Assim, quando lutam pelo libertação do coco preso, entram no espaço da luta política, o que não quer dizer que, antes, ou em outros contextos, não participassem da luta política de outro modo.

Na medida, porém, em que essas mulheres se organizam nessa luta em torno do lema *babaçu livre* vão acionando elementos de autodefesa e autodefinição, no sentido de garantir sua reprodutibilidade social, econômica e política. Os conflitos foram determinantes, no auto-reconhecimento de suas capacidades, de seus direitos e nas alterações de papéis tradicionalmente desempenhados por homens e mulheres rurais. A partir desses conflitos, muitas mulheres conquistaram espaços nas organizações sindicais, cooperativas, e partidos político, com possibilidades estratégicas de intervenção nas políticas públicas, particularmente aquelas direcionadas à saúde, à educação, à cultura, ao acesso à infra-estrutura básica, como água, energia e saneamento, ao acesso à terra e à aprovação da *Lei do babaçu livre*.

Outros instrumentos de organização e mobilização voltados à produção, também são utilizados pelas mulheres e suas famílias, no sentido de garantir a sobrevivência do grupo. Dentre eles, destaca-se, a criação de associações de pequenos agricultores, de cooperativas, de

Escola Família, Clubes de mães, além dos sindicatos de trabalhadores rurais, que, juntos, formam uma rede de organizações¹, que se articulam em torno de objetivos comuns.

3 Agricultura, Desenvolvimento Sustentável e relações de gênero

3.1 Agricultura sustentável: breve contextualização

A chamada *agricultura sustentável* tem sua origem no que Ehlers (1996), denomina de movimentos “rebeldes”, assim chamados por se oporem à prática da adubação química. Esses movimentos, que surgiram quase que simultaneamente na Europa e nos Estados Unidos, a partir da década de 20 do século passado, defendiam a idéia de que a agricultura deveria estar pautada no uso da adubação orgânica e de outras práticas favoráveis aos processos biológicos, retomando antigas práticas agrícolas, adotadas por pequenos agricultores de países orientais.

O paradigma da *agricultura orgânica* está baseado no cultivo de plantas sem a aplicação de fertilizantes, pesticidas ou reguladores de crescimento sinteticamente compostos. Foi adotado em diversos países, onde surgiram grupos e instituições que não apenas colocaram em prática as idéias de Howard, como também promoveram estudos e pesquisas, realizaram encontros, publicaram livros e revistas e se agruparam em várias instituições, dentre elas a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), sediada em Tholley-Thelley, na Alemanha.

Esse movimento em favor da *agricultura orgânica* iniciado nas primeiras décadas do século passado, foi ganhando importância nos anos subsequentes, sendo que nos anos 80 desse mesmo século, a noção de *agricultura orgânica* já se apresentava como um campo conceitual e operacional mais preciso, conforme afirma Ehlers, que cita a definição formulada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Trata-se de:

1 Estamos utilizando o conceito de redes de organizações, no mesmo sentido da definição de redes de movimentos, que é definido como sendo as interações horizontais e práticas sociopolíticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos ao redor de identidades e valores coletivos. (GRIFFIN, WARREN, 1999: 50)

...um sistema de produção que evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimentos e aditivos para alimentação animal compostos sinteticamente. Tanto quanto possível, os sistemas de agricultura orgânica baseiam-se na rotação de culturas, esterco animal, leguminosas, adubação verde, lixo orgânico vindo de fora da fazenda, cultivo mecânico, minerais naturais e aspectos de controle biológico de pragas para manter a estrutura e produtividade do solo, fornecer nutrientes para as plantas e controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas. (EHLERS, op. cit. p. 58)

A conceituação de *agricultura sustentável* ainda é vista como um conjunto de definições complexas e em disputa, mas, no Fórum Global, realizado na Eco 92, as ONGs presentes, definiram a *agricultura sustentável* como sendo aquela que é: "...ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptável, que se desenvolve como um processo. Numa condição democrática e participativa".

Ao especificar o conceito de *agricultura sustentável*, o fórum global unifica as particularidades dos diversos setores produtivos. O que significa exatamente o ser *ecologicamente correta* e *economicamente viável*? Como se configura o campo de relações referente às várias posições dos grupos que operam com conceitos próprios que incluem desde filosofia até a definição de insumos utilizados?

Estas são algumas dentre tantas perguntas que surgem ao nos depararmos com essa definição. Percebe-se então, que essa noção de *agricultura sustentável*, não se restringe a um campo² de competência e de saber específico, mas que ela perpassa vários domínios, várias posições, envolvendo distintos atores, diferentes agências, sendo amplamente utilizada em várias áreas do conhecimento.

2 BOURDIEU; (1998:28), que o define como... as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social - ou de capital - de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre os quais possuem uma dimensão de capital as que têm por finalidade a definição da forma

3.2 Questionando a noção de desenvolvimento:

A discussão sobre o tema do *desenvolvimento sustentável*, aparece nas últimas décadas em contraposição ao modelo vigente de *desenvolvimento econômico*, apontado como responsável pela deterioração do meio ambiente, concentração de riquezas, pobreza, desemprego e exclusão social, visto que sua lógica baseia-se apenas no crescimento econômico, cujos processos produtivos utilizam intensivamente os recursos naturais, exercendo uma considerável pressão sobre o meio ambiente.

A noção de *desenvolvimento*, que aparece nos anos seguintes à Segunda Guerra, pautada na idéia dominante da necessidade de adotar um crescimento econômico moderno, industrial e capitalista, com vistas à melhoria da qualidade de vida e à erradicação da pobreza e, conseqüentemente, atingir maiores índices de bem-estar material da maioria da população mundial, tem como pano de fundo o discurso sobre o “estado da união” feito pelo presidente Harry Truman dos Estados Unidos, no dia 20 de janeiro de 1949, que, segundo Viola (2000, p. 13-14), contribuiu para universalizar esta nova linguagem, uma vez que explicitava muitos de seus preconceitos e de seus propósitos. O trecho abaixo, reproduzido do discurso do presidente Truman dos EUA, por RIST (apud. VIOLA, 2000, p.14) nos dá uma demonstração clara da retórica do modelo desenvolvimentista, baseada na idéia-força da necessidade de extensão desse padrão de *desenvolvimento* às sociedades consideradas *atrasadas*.

“Más de la mitad de la población mundial está viviendo en condiciones próximas a la miseria. Su alimentación es inadecuada, son víctimas de la desnutrición. Su vida económica es primitiva y miserable. Por primera vez en la historia, la humanidad posee el conocimiento y la técnica para aliviar el sufrimiento de esas poblaciones.(...)Yo creo que debemos poner a la disposición de los pueblos pacíficos³ los beneficios de nuestra acumulación de conocimiento técnico con el propósito de ayudarles a satisfacer sus aspiraciones de una vida mejor (...). Lo que estoy contemplando es un programa de desarrollo basado en los conceptos de una negociación equitativa y democrática. Todos los países, incluyendo el nuestro, obtendrán un gran provecho de un programa constructivo que permitirá utilizar mejor los recursos humanos y naturales del planeta (...). Una mayor producción es la clave para la prosperidad e la paz. Y la clave para una aplicación más extensa y más vigorosa del conocimiento técnico y de la ciencia moderna”.

Aqui, o discurso do *desenvolvimento* está associado ao crescimento econômico, ao capital e à tecnologia, a partir da visão dicotômica, dominante no pensamento ocidental e, principalmente, norteamericano, de um mundo dividido entre *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*, entre o progresso e o atraso. Nesse discurso fomos “inventados” como subdesenvolvidos, como diz Esteva (2000, p.69), “Así pues, el subdesarrollo empezó el 20 de enero de 1949. Ese día, dos millones de personas se convirtieron en subdesarrollados”. Foi nesse contexto, que através de um modelo difusionista se materializou um padrão civilizatório, revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais. Por este motivo, segundo esses autores, nossa primeira tarefa seria de descolonização de nossas próprias mentes.

Duas categorias ganham proeminência nesse discurso: *produtividade* e *crescimento*, consideradas positivas, progressistas e universais. Criam-se, a partir delas, necessidades artificiais, que classificam aqueles que estão fora destas categorias, ou seja do setor produtivo e de consumo,

como *pobres e excluídos*. A ideologia do *desenvolvimento*⁴ as declara assim, porque não participam abundantemente da economia de mercado e não consomem mercadorias produzidas por ele.

O *desenvolvimento* nesse contexto torna-se uma daquelas idéias-força que permeiam e atraem generalizado interesse, seja no meio acadêmico, nos órgãos governamentais e na sociedade civil. O tema, a partir de então, passou a ser intensamente discutido, orientando programas governamentais, instigando sofisticados debates intelectuais e, em especial, motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças associadas a essa noção. O tema do *desenvolvimento* adentrou o campo da política e, assim, passou a permear e a determinar as expectativas e o jogo das disputas sociais. Tomando como referência Bourdieu (1998) podemos dizer que essa é uma luta entre campos e agentes, ou melhor, a expressão das relações de força objetivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, entre os campos diferentes em que eles estão implicados.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente, em 1987, e difundido através do *Relatório da Comissão Brundtland*, como aquele que deve:

“...buscar satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender suas próprias necessidades”. Ou como “Um processo de mudança na qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras...” (Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, apud, JARA, 1998:33-34).

As várias noções acerca do que se popularizou como de *desenvolvimento sustentável*, que vêm sendo discutidas e analisadas por vários autores, se formam a partir das posições que esses autores ocupam. Jara (op. cit., 1998, p.53) adverte que muitos desses processos de teorização sobre o

4 SHIVA, 1988:40, faz uma distinção entre pobreza como subsistência e miséria como privação. "la pobreza percebida culturalmente no necesariamente es auténtica pobreza material: las economías de subsistencia que satisfacen las necesidades básicas mediante el autoabastecimiento no son pobres en lo sentido de estar privadas de algo".

desenvolvimento sustentável, estão baseados no princípio de conciliação entre o crescimento econômico e a gestão racional dos recursos naturais. O conceito nunca perde sua matriz econômica de acumulação, ficando como discurso que defende a necessidade de gerar excedentes e competir nos mercados. Esse autor nos diz:

“o conceito de desenvolvimento sustentável fica contaminado pela lógica do crescimento quantitativo e da maximização do lucro, a mesma que alimenta o conflito, e a desestabilização das relações, na tentativa de atingir competitividade, interpretada como motor da transformação(...) como resultado dessa visão parcial, o conceito está se aburguesando”. (JARA, 1998, p.53).

Pode-se considerar que a crise contemporânea sobre o meio ambiente é a síntese de uma crise decorrente do esgotamento de vários paradigmas de desenvolvimento experimentados desde o começo do século. Esta visão é compartilhada por vários autores associados a uma corrente de pensamento que questiona as teorias do desenvolvimento econômico, particularmente aquelas implementadas a partir dos anos 1950, com ênfase no crescimento econômico, e, até mesmo aquelas desenvolvidas a partir dos anos 1970, com ênfase no enfoque de necessidades humanas básicas. (ESCOBAR; 1998; VIOLA; 2000; ESTEVA; 2000).

Aún quienes se oponían a las estrategias capitalistas del momento se venían obligados a expresar sus críticas en términos de la necesidad del desarrollo, através de conceptos como “outro desarrollo”, y “desarrollo participativo”, “desarrollo socialista” y otros por el estilo(...). El desarrollo se había convertido en una certeza en el imaginario social. (ESCOBAR; 1998:22).

Esses autores se referem ao discurso de Truman como o marco da compreensão e do manejo dos assuntos mundiais, em particular daqueles que dizem respeito aos países economicamente *menos avançados*. “A doutrina Truman”, que propunha criar as condições necessárias para o desenvolvimento dos países considerados *subdesenvolvidos*, produziu ao longo desses últimos anos, miséria e subdesenvolvimento massivos,

No que diz respeito a esta nova visão de *desenvolvimento* que se aponta como pontos de convergência do processo de *desenvolvimento sustentável*, as necessidades e aspirações das pessoas, em estreita relação com a conservação e preservação do estoque de recursos naturais, é importante atentar para o “*discurso do desenvolvimento*” e como esse discurso⁵ foi sendo produzido e reproduzido historicamente.

Quanto à *sustentabilidade*, essa é uma categoria que, para alguns autores, trás implícita a idéia de um desenvolvimento que tem preocupação com as condições sociais das pessoas e dos grupos aos quais pertencem, bem como de uma preocupação com o meio ambiente, diferentemente da tradicional lógica “produção, distribuição, consumo e acumulação de riquezas”. Trás ainda consigo, o adjetivo a este correlacionado, *sustentável*, que também se dissemina, qualificando os mais diferentes assuntos e áreas. Alcançar a *sustentabilidade* parece ser a nova prioridade de qualquer ação, o que impulsionou a emergência de novos campos de saber os quais se articulam certas disciplinas teórico-práticas, bem como a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento. (LEFF, 2001).

3.3 Enfoque de gênero no desenvolvimento sustentável

Gênero, é uma categoria das Ciências Sociais que trata das relações entre homens e mulheres, num determinado contexto sociocultural. Essa categoria nos permite conhecer como se organizam e se valorizam estes relacionamentos e quais os papéis sociais destinados a cada um. Essas relações, são construídas socialmente, e na nossa sociedade têm uma base material que se expressa na divisão sexual do trabalho e são estruturadas hierarquicamente com uma posição clara de domínio e de poder dos homens sobre as mulheres.

A necessidade de incorporação do enfoque de gênero nesse novo cenário de discussão sobre *desenvolvimento rural sustentável*, tem como argumento, o conceito de *desenvolvimento* que busque a satisfação e o bem estar do ser humano (homens e mulheres). Significa dizer, que torna-se impossível pensar em desenvolvimento rural sustentável sem construir condições de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

5 Segundo ESCOBAR, (1998) pensar o desenvolvimento em termos do discurso permite concentrar-se na dominação e por sua vez, explorar mas produtivamente as condições das possibilidades

No caso da relação entre homens e mulheres, a visão tradicional de *desenvolvimento*, particularmente na nossa sociedade, percebe os processos de reprodução biológica (fecundação, gestação, parto e amamentação), bem como os processos de reprodução social (cuidar da casa, do quintal, dos filhos e do marido), como de responsabilidade das mulheres, enquanto os processos produtivos, seriam de responsabilidade dos homens

Essa visão centrada na idéia de uma divisão entre as esferas públicas e privadas, a partir do advento do capitalismo, promoveu a diferenciação de papéis entre homens e mulheres, cabendo às mulheres desempenhar seu papel na esfera privada (doméstica) e os homens na esfera pública (produtiva). Essa diferenciação, provocou a desigualdade nas relações sociais de gênero, que segundo Pacheco, (1997), “*não está dissociada do lugar que é atribuído à agricultura familiar nas idéias dominantes e nas políticas*”. Essa visão dicotômica, tem gerado situações de exclusão e subalternidade, além de apagar as contribuições das mulheres nas estratégias familiares de reprodução social.

Praticamente, em todas os países onde se consolidou o capitalismo, as relações entre homens e mulheres, têm sido marcadas pela diferenciação de papéis, definidos principalmente pela condição de macho e fêmea, pela visibilidade e/ou invisibilidade do trabalho produtivo.

No tocante às atividades desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras rurais, já se encontram cristalizados no senso comum douto, a visão de que os homens da família são responsáveis pelo trabalho “pesado” enquanto as mulheres seriam responsáveis pelo trabalho “leve”, definidos como cuidar de casa, dos filhos, do quintal e “dá ajuda na roça”. Aqui, a etnografia pode e deve ajudar a compreender melhor as próprias categorias *leve e pesado* em jogo e entender, até que ponto, no nível das concepções camponesas a diferença significa desigualdade, como ocorre em nossa sociedade urbana.

Nesse contexto, a invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres está diretamente relacionado à visão dominante de que as mulheres são responsáveis pelas atividades no âmbito doméstico sendo que estes espaços não são reconhecidos enquanto espaços produtivos. Mas, como nos diz Pacheco op.cit.,

a casa comumente caracterizada como espaço doméstico que inclui o quintal, a criação animal, constitui-se num espaço produtivo e gerador de

Neves (1996) nos chama atenção para o modelo analítico dos estudos sobre campesinato, onde a “*família camponesa*, institui-se a partir de um etnocentrismo em relação às tarefas domésticas e da imagem da mulher, pensada pela submissão”. Assim, esses conceitos baseados no modelo teórico da dominação masculina, não podem a priori, ser aplicados em determinadas situações empíricas em que se revelam outros papéis da mulher, como é o caso das mulheres *quebradeiras de coco babaçu* da região do Médio Mearim, MA. No entanto, ainda segundo Neves, o fato das mulheres disporem de um *status* publicamente reconhecido, não autoriza, necessariamente a supervalorização do seu papel, sendo necessário levar em conta que, no caso da unidade de produção agrícola constituído com base no trabalho de membros da unidade familiar, quase sempre se está diante de um modo diferenciado de gestão do bem comum.

5 Do trabalho com as roças orgânicas

Antes da implantação das *roças orgânicas* no Município de Lago do Junco, a ASSEMA principal mediadora desse processo, implantou um projeto experimental na Comunidade Centro do Coroatá, no Município de Esperantinópolis, chamado “Implantação de uma forma alternativa à preparação do solo para o plantio das culturas de arroz, milho, feijão, fava e mandioca, em consórcio com as palmeiras de coco babaçu”. Essa forma alternativa é caracterizada pelo trabalho no solo sem a utilização do fogo para a limpeza da área a ser cultivada, prática historicamente utilizada pelos agricultores não somente do Maranhão, como de outras partes do país.

Segundo a ASSEMA, a demanda de implantação das *roças orgânicas* partiu dos próprios agricultores, em função da baixa produtividade do solo no sistema atual de cultivos, provocada por sua degradação, decorrente do pequeno tamanho das áreas sob o domínio das famílias, das derrubadas das palmeiras de babaçu nas áreas de cultivo e pela prática do uso do fogo para limpeza dos terrenos a serem cultivados.

Acontece que o sistema de produção das *roças tradicionais*, em áreas de ocorrência de babaçuais é conflitante com a luta das mulheres pela preservação das palmeiras, já que no sistema tradicional elas são derrubadas e em seguida o fogo é atado na vegetação. Segundo uma informante, “estraga tanto o mato quanto o coco”. Aqui, o termo

suportar o trabalho agrícola, conforme outros autores têm constatado em outras regiões do Maranhão (ANDRADE,1999.). Segundo algumas quebradeiras, com a adoção do novo sistema, sem a utilização do fogo, esse problema estaria resolvido.

Anteriormente à implantação dessa experiência, por meio dos chamados Ensaio Agroextrativistas, no povoado de Centro do Coroatá, em Esperantinópolis, a Igreja Católica, por intermédio da Pastoral da Criança, desenvolvera ações ligadas à questão da saúde e da alimentação alternativa. Algumas mulheres participaram de cursos sobre o que aquela instituição confessional chamou de *ações básicas de saúde*, organizados pela Diocese de Bacabal, e sobre *alimentação alternativa*, organizado por um grupo ligado à Ação Comunitária de Educação e Saúde - ACESA, que trabalhava com a denominada *saúde alternativa*.

Estas ações, implementadas pela Igreja Católica através de um “pacote alternativo”, talvez pudessem ser analisadas tomando como referência Viola (op. cit. P.39), que faz uma crítica ao sistema cultural dominante dos países ocidentais que contemplam as mulheres do “terceiro mundo” como “receptoras passivas del desarrollo” a partir “de um trabalho de “conscienciación” em que instituições internacionais, agencias governamentais e ONGs, “siguen aplicando el denominado enfoque del bienestar”. Infelizmente, não será possível dar conta aqui de uma análise como essa, porém pretendemos empreendê-la em outra oportunidade.

Segundo D. Sibá, moradora do povoado Centrinho do Acrizio, esse foi o passo inicial do trabalho com *agricultura orgânica*. Ela teria sido a primeira mulher a adotar essa prática, iniciada em 1988, ou seja, anos antes da proposta de *roças orgânicas* da ASSEMA e da COOPALJ.

“...desde esse tempo eu trabalho com o orgânico, as outras pessoa foram desistindo, mais eu continuei (...) eu não uso mais veneno, não uso adubo químico, não uso mais o trator, só uso tração animal e o adubo que eu uso é naturá. Assim, temos menos doença, e não contamina o meio ambiente, pois o fogo acaba com tudo e o veneno faz mal para o meio ambiente e para saúde das pessoa. Até para as galinhas eu dou ração alternativa”

O relato evidencia como D. Sibá incorporou a idéia do trabalho

de produtos industrializados por produtos naturais, como é o caso do açúcar substituído pela rapadura.

É recorrente entre os trabalhadores e trabalhadoras que estão trabalhando com as *roças orgânicas* a fala sobre os malefícios que o sistema tradicional traz ao meio ambiente e à saúde humana e até mesmo à saúde dos animais. Assim nos diz D. Antonia, também moradora do Centrinho do Acrízio: “*Na queima se prejudica a terra, na roça orgânica se está dando mais alimentação para a terra*”. Diz ainda: “*Onde a terra é muito queimada ela empedra, ela morre*”

Compreendemos, nessas falas, que os solos, que as quebradeiras chamam de *terra*, dentre aquelas que adotaram os princípios da agricultura orgânica a partir daqueles trabalhos iniciais da Igreja Católica, é ser vivo que necessita de cuidados, que se alimenta, que sofre e até morre. Também fica demonstrada nesses depoimentos, a aceitação e até mesmo o carinho das mulheres pelo trabalho com as *roças orgânicas*, visto serem estas, para elas, a garantia da sobrevivência dos solos.

■ Considerações finais

No decorrer da pesquisa, nos defrontamos com a recorrência das categorias *humilhação* e *sujeição*, que podem ser tomadas como elementos mobilizatórios da luta empreendida em defesa dos babaçuais e da quebra da “invisibilidade” da mulher nos processos produtivos. As mulheres que viveram a experiência das lutas pelo *babaçu livre*- expressão que se tornou a bandeira de luta do Movimento assim como a logomarca de alguns de seus produtos – e pela *terra liberta*, dividem sua história em antes e depois dos conflitos em que estiveram envolvidas. Nesse sentido, os conflitos as levaram a se organizar em cooperativas e a manter uma busca permanente de alternativas econômicas que preservem os recursos naturais e, em particular, os babaçuais. Organização política e organização econômica se mesclam. Luta, religião, festa, economia, estética, política, relações entre homens, mulheres e crianças, tudo se mistura, como diria Mauss (1974), num verdadeiro fato social total.

Compreendemos, então, que a situação analisada é caracterizada, sobretudo, pelas posições sociais que estes atores e atrizes sociais passam a ocupar nas instituições sociais, a partir de determinado momento

sinais diacríticos dizem respeito justamente ao que é essencial às mulheres – sua atividade econômica principal – e que lhes está sendo usurpada. A identidade das *quebradeiras* é relacional – emerge da relação com seus antagonistas.

Quanto às representações acerca do processo de implantação e manutenção das denominadas *roças orgânicas*, podem ser analisadas a partir da visão de que a representação é uma construção do passado, a partir da posição ocupada no presente pelo indivíduo, como afirma Araujo (2000, p.172). Seriam um elemento agregador à luta que aquelas mulheres desenvolvem em prol da manutenção e preservação dos babaçuais?

Ao reclamarem a condição de *quebradeiras de coco* e ao elegerem a bandeira *babaçu livre* como instrumento de luta, colocam-se como legítimas defensoras do meio ambiente. Aqui também abre-se um amplo leque de questões que deveriam ser aprofundadas em outros trabalhos, pois implicariam numa análise dos sistemas cognitivos, dos sistemas de classificação dos recursos da natureza (DURKHEIM & MAUSS, 1981) (preocupação antiga no âmbito da antropologia), tentados agora pelos antropólogos que trabalham com o chamado *etnodesenvolvimento*. Uma visão que captasse as categorias internas que fundamentam as práticas de relação com os recursos da natureza e que estariam na base da aceitação ou da recusa desses experimentos, seria fundamental para qualquer intervenção que não se pretendesse autoritária, que recusasse a transmissão de mais um “pacote tecnológico”.

Embora não tenha sido possível aprofundar muitas das questões levantadas durante a pesquisa, os dados coletados nos deram pistas para levantar elementos acerca da identidade do grupo em questão, integrado por protagonistas de uma história de luta em favor da defesa dos recursos naturais. Como essas protagonistas são mulheres, nos vimos diante da chamada questão de gênero, de um modo muito concreto. Foram mulheres que assumiram a luta pelos babaçuais; foram elas que adotaram a luta pela terra e são elas que estão levantando a bandeira da agricultura orgânica. No mínimo, todas essas indicações de mobilização de mulheres em torno de atividades econômicas, mas que são também atividades políticas, nos levam à necessidade de proceder a outras pesquisas, outros estudos, que nos permitam compreender os novos papéis que essas agricultoras assumem junto ao grupo familiar, junto ao povoado, junto ao município, enfim, ampliando cada vez

■ Referências Bibliográficas

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de Índio** – Identidade étnica e conflito em terras de uso comum. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1999.

ARAÚJO, Helciane de F. **A Memória, Mediação e Campesinato**: estudo de representações de uma liderança sobre as formas de solidariedade, assumidas por camponeses na chamada Pré-Amazônia Maranhense. São Luís-ma: Universidade Federal do Maranhão, Curso de Mestrado em Políticas Públicas. 2000 (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 4ª ed.

CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy**. Homeood: The American Economic Association, 1966

_____. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1969

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da, e STOLCKE, Verena. **A Questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense. P. 133-175, 1981.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação – contribuição para o estudo das representações coletivas (1903). In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**, São Paulo, Perspectiva, 1981, p. 399-457

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável**: origens e Perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercero Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Grupo Editora Horma, 1998.

ESTEVA, Gustavo. **Antropología Del Desarrollo**: teorías y estudios etnográficos en América latina. Barcelona y Editorial Paidós, SCICF, 2000.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Brasília: IICA: Recife: Secretaria da Planejamento do estado de Pernambuco. SEPLAN, 1998.

KEARNEY, Michael. "Beyond Peasant studies: Changing Social Field of Identity and Theory" "Peasants and the new Politics of representation" In: **Reconceptualizing the peasantry**, Westview Press, 1996

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MAUSS, Marcel. Introdução: da dádiva e, em particular, da obrigação de retribuir os presentes. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. 2v.

NEVES, Delma P. **O Produtor Agrícola: Ambigüidades, Mitos e Impasses teóricos**. Revista Estudos de Sociologia Online. Vol. 2. Estudos Sociologia 2 (1996). <http://www.ufpe.br/revista4/neves.html>

PACHECO, M. E. Lisboa. Sistemas de Produção: Uma Perspectiva de Gênero. In: **Revista Proposta**, p. 30-38, nº 71, fev. 1997.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la Vida: mujer, ecología y supervivencia**. Horas y HORAS, San Cristóbal, Madrid, 1995.

VIOLA, Andreu. **Antropolgia Del Desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América latina**. Barcelona y Editorial Paidós, SCICF, 2000.

WOLF, Eric **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

----- **Guerras Camponesas no século XX**. São Paulo:Global, 1984(Footnotes)